



[Violação de Direitos Humanos na Ocupação Pinheirinho (São José dos Campos/SP): Ação de Reintegração e Tratamento dos Despejados]



Elaborado por: Brigadas Populares, Justiça Global, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência

Pinheirinho: Um Relato Preliminar da Violência Institucional



Elaborado a partir de depoimentos coletados junto aos (ex)moradores e material fornecido pelo grupo de apoio aos desabrigados, em especial as contribuições de: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Fórum de Lutas do Vale do Paraíba, Unidos para Lutar, Mandato de Wagner Balieiro, Mandato de Carlinhos Almeida, Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional São José dos Campos.

Introdução

No dia 22 de janeiro de 2012, um grande efetivo policial, formado por aproximadamente dois mil homens da Polícia Militar de São Paulo (provenientes de batalhões de municípios do Vale do Paraíba, do Litoral Norte e até da capital) e da Guarda Civil Municipal de São José dos Campos, apoiado por dois helicópteros e pelo menos um carro blindado da PM, além de várias viaturas policiais, ambulâncias e um caminhão dos bombeiros, invadiu e despejou centenas de famílias - um número incerto entre 3000 e 9000 pessoas - que há oito anos ocupavam um terreno de cerca de 1 milhão de m² no local conhecido como Pinheirinho, Zona Sul de São José dos Campos.

A operação iniciou-se por volta das 5:30h de domingo e pegou a grande maioria dos moradores ainda dormindo ou despertando. Moradores e ativistas de movimentos sociais, que se encontravam na cidade há cerca de uma semana, apoiando os sem-teto e aguardando o desfecho da batalha jurídica e política em torno do despejo, imediatamente começaram a registrar e divulgar por *sites* e redes sociais da Internet, imagens de policiais fazendo uso abusivo de violência contra moradores desarmados, utilizando indiscriminadamente bombas de gás, spray de pimenta e projéteis de borracha. Algumas imagens mostraram guardas municipais empunhando armas com munição letal. Como relatou o jornal britânico *The Guardian*¹, somente após e devido essa mobilização de informação alternativa, a mídia corporativa brasileira começou a divulgar algumas imagens e relatos da brutalidade das forças estatais na operação.

Os fatos divulgados publicamente desde então são suficientes para caracterizar violações em massa cometidas durante o despejo. A OAB federal, a relatoria sobre moradia da ONU e o próprio governo federal (que poderia ter agido muito antes e com muito mais empenho para evitar o desfecho brutal) já se pronunciaram neste sentido². Entretanto, o caso é muito mais grave: envolveu conflitos sérios entre as esferas federal e estadual, ao nível do judiciário e do executivo, tratamentos degradantes aos despejados durante e após a operação, obstrução ao trabalho da imprensa e de organizações e instituições defensoras dos direitos humanos, destruição e abandono ao saque dos bens das famílias despejadas por parte do poder público.

Até o momento de conclusão deste relatório preliminar não foi possível comprovar as mortes que, segundo relatos de alguns dos moradores removidos, teriam acontecido na ação de despejo e nos confrontos posteriores em que as forças policiais agiram contra moradores nos bairros vizinhos. Por exemplo, segundo um dos moradores do Campo dos Alemães, Edson, “tem famílias de pessoas desaparecidas que estão sendo ameaçadas. Se falar vão morrer. Só que nem consegue achar os corpos. Ninguém sabe onde estão os corpos”.

Pudemos, porém, comprovar que famílias ficaram dispersas, com seus integrantes sem contato entre si por horas ou mesmo dias, como no caso de Antônio Carlos dos Santos, funcionário da Prefeitura de Caçapava, que, ao menos até os dias logo subsequentes à desocupação, estava procurando sem êxito por sua família. Crianças sofreram com disparos e ação de gás, e se perderam de seus pais. Alguns feridos ficaram em estado grave e podem sofrer sequelas permanentes. Os repetidos relatos de desaparecimentos e óbitos sugerem que as buscas e investigações nesse sentido devem prosseguir.

Mais de uma fonte de nossos relatos mencionou a existência de vítimas fatais do despejo enterradas na localidade conhecida como Mangueira, nos limites do terreno, e membros das organizações que

¹ "The fight against Brazil's Pinheirinho eviction can be an inspiration" (<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/cifamerica/2012/jan/24/brazil-pinheirinho- eviction-inspiration>)

² "Para OAB, houve 'quebra do pacto federativo' em desocupação" (<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,para-oab-houve-quebra-do-pacto-federativo-em-desocupacao,825935,0.htm>)

"Governo Federal volta a criticar ação no Pinheirinho" (<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,governo-federal-volta-a-criticar-acao-no-pinheirinho,828394,0.htm>)

"Relatora especial da ONU para habitação critica ação no Pinheirinho" (<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/relatora-especial-da-onu-para-habitacao-critica-acao-no-pinheirinho.html>)

assinam este documento foram ao local no dia 27/01, porém não foi possível efetuar uma busca exaustiva devido à grande área envolvida, bastante acidentada e com muita vegetação. Curiosamente, no dia 28/01, o jornal local “O Vale” publicou notícia, dando como fonte “traficantes que atuam na região”, de que na mesma localidade existiria um cemitério clandestino do tráfico, e a polícia civil teria afirmado já ter ouvido “boatos” nesse sentido³. Ressaltamos a estranheza da notícia, pois é totalmente incomum criminosos se auto-incriminarem divulgando informações como essa.

Também é grave violação de direito privar de moradia milhares de pessoas, que buscavam através de sua própria organização e esforço contornar o imenso déficit habitacional existente no Brasil, país cada vez mais louvado no mundo inteiro por sua pujança econômica, mas que carrega imensa dívida histórica e social com uma parcela enorme de seus cidadãos, precisamente aquela parcela pobre, descendente de africanos escravizados ou indígenas, como são os despejados do Pinheirinho.

A luta pela moradia no Pinheirinho e os conflitos entre o judiciário e o executivo nas esferas estadual e federal

A ocupação do Pinheirinho começou em 2004, com 150 famílias vindas de outras ocupações da cidade, criadas pelos sem-teto diante da falta de política de habitação na cidade. No final de 2003, essas famílias se cansaram de esperar as promessas da prefeitura e ocuparam 150 casas da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), no Campo dos Alemães. Eles foram expulsos do local e como não tinham para onde ir ocuparam um campo de futebol conhecido como "Campão do Campo dos Alemães". Nesse momento, que podemos considerar o momento de surgimento do Pinheirinho, os sem-teto já somavam 240 famílias. A prefeitura prometeu cadastrar os sem-teto nos programas habitacionais em troca da desocupação do Campão.⁴ Em 2010, um cadastramento dos moradores de Pinheirinho foi concluído pela Prefeitura de São José dos Campos.⁵

O terreno ocupado pertencia à massa falida da *Selecta*, empresa de Naji Nahas, que ficou conhecido ao ser denunciado por especulação e fraudes em operações de ações da Vale (ex-Vale do Rio Doce), do Banco do Brasil e da Petrobras. Nahas chegou a ser preso em 1989, quando havia montado um império de quase 30 empresas agrupadas na holding *Selecta* Indústria e Comércio, e novamente em 2010, dessa vez acusado de chefiar uma organização criminosa.⁶ A *Selecta* é suspeita de falência fraudulenta por ter decretado concordata para fugir de um rombo de US\$ 40 milhões. Sua dívida chega a R\$ 15 milhões apenas para o município de São José dos Campos em impostos atrasados. Outro grande credor da *Selecta* é o governo federal.

Segundo o princípio da função social da propriedade urbana, definido nos artigos 5º, 170 e 182 da Constituição brasileira, o terreno ocupado seria passível de desapropriação com vistas a implantação de programa habitacional, que beneficiaria não só as famílias ocupantes como outras. Entretanto, nem o governo municipal nem o federal, principais credores da *Selecta*, tomaram ações definitivas neste sentido, apesar das inúmeras promessas. Por seu lado, a massa falida entrava com ação de reintegração de posse contra as famílias.

O número de famílias ocupantes cresceu (eram estimadas em cerca de dois mil, totalizando quase dez mil pessoas), as casas receberam melhorias (a maioria era de alvenaria), desenvolveu-se um comércio local, foram estabelecidas igrejas e atividades sociais foram desenvolvidas por apoiadores como

³ “Áreas no Pinheirinho eram usadas como cemitério de vítimas do tráfico” (<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/areas-no-pinheirinho-eram-usadas-como-cemiterio-de-vitimas-do-trafico-1.212366>)

⁴ "Pelo direito à moradia - Moradores do Pinheirinho enfrentam os interesse dos rico\$ e são ameaçados de despejo" (<http://quimicosjagora.blogspot.com/2012/01/pelo-direito-moradia-moradores-do.html>)

⁵ "PM 'ficha' moradores da zonal Sul de S. José". Jornal Bom Dia Sorocaba de 07.dez.2010.

⁶ " O empresário Naji Nahas foi preso acusado de chefiar organização criminosa" (<http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-satiagraha/o-empresario-naji-nahas-foi-preso-acusado-de-chefiar-organizacao-criminosa,e588b769-884a-4f98-b8ee-10074da6f7f8>) e "Operação Satiagraha" (<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/operacao-satiagraha/>)

sindicatos, estudantes, associações religiosas e profissionais. Isso tudo apesar da falta de investimento público básico, como saneamento, pavimentação, redes de luz, água e esgotos, etc. O movimento sem-teto, enquanto isso, procurava permanentemente estabelecer canais de diálogo com os governos federal, estadual e municipal, visando a regularização da área.

Em 2011, no processo de reintegração de posse que corre na Justiça Estadual, a juíza da 6.^a Vara Cível de São José dos Campos recebeu um pedido da *Selecta* para que fosse marcada data de realização de audiência de instrução e, apesar de se tratar de posse velha⁷, determinou a reintegração liminar da área - desconsiderando que as famílias já se encontravam no local há oito anos e iniciativas governamentais de regularização fundiária do local.

As três esferas de governo discutiram um Protocolo de Intenções que detalhava a participação federal, estadual e municipal no processo de regularização. O Governo Federal proporcionaria a desapropriação da área, enquanto que o Governo Estadual planejava a implantação da infraestrutura urbana - o Secretário Estadual de Habitação, Silvio Torres, inclusive, já havia visitado o local. O Município, por sua vez, havia autorizado e realizado o cadastramento das famílias. Apesar de todo esse quadro favorável à permanência dos moradores, a juíza manteve a decisão, embora reconhecesse que faltava apenas o aval da prefeitura municipal, que ainda analisava a proposta.

Na madrugada do dia 16 de janeiro de 2012, quando a força policial já se posicionava para executar a reintegração, a juíza federal substituta Roberta Monza Chiari deferiu liminar determinando às forças estaduais de segurança que não promovessem a desocupação, já que foi reconhecido o interesse da União no processo de regularização do local e a inexistência de motivos concretos para a realização apressada de um ato de remoção.

As tropas, com seus blindados, metralhadoras, bombas e cães, retrocederam. Embora o juiz titular da 3.^a Vara Federal, Carlos Alberto Antonio Júnior, tenha revisto essa decisão, alegando a incompetência da Justiça Federal e restabelecendo a ordem de reintegração, no dia 19 de janeiro do mesmo ano, o Tribunal Regional Federal – 3.^a Região, através da relatoria do desembargador Antônio Cedenho⁸, reverte essa decisão ao reconhecer o interesse jurídica da União na causa. Com isso, foi restabelecida a decisão liminar que havia suspenso qualquer ato forçado de desocupação.

Paralelamente, ao nível da justiça estadual, por iniciativa de parlamentares do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de São Paulo, com a participação das partes do processo (*Selecta* e moradores), buscou-se um acordo que resultou na suspensão do processo pelo prazo de quinze dias, segundo decisão do juiz titular da 18.^a Vara Cível de São Paulo Luiz Bethoven Giffoni Ferreira, proferida no dia 18 de janeiro, visando à concretização do acordo de regularização entre as esferas governamentais (apenas a prefeitura resistia a concluí-lo).⁹

As decisões judiciais dos dias 18 e 20 foram vistas como uma vitória para o movimento sem-teto, que vinha se preparando para resistir à reintegração. A festa comemorativa atravessou a noite do dia 21 para o dia 22. Silenciosamente, entretanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo (não obstante a decisão da 18.^a Vara) e o governo estadual (não obstante sua participação nas negociações pró-regularização), somaram forças à prefeitura de São José e preparam a operação de despejo, que começou poucas horas após o fim das comemorações na comunidade.

O Juiz Rodrigo Capez foi selecionado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para acompanhar a ação como auxiliar do presidente do Tribunal, o desembargador Ivan Sartori. A resposta redigida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que fosse desconsiderada a decisão do TRF e autorizou às forças estaduais de segurança que enfrentassem uma possível resistência por parte da Polícia Federal.

⁷ De acordo com o Código de Processo Civil, em casos de posse superiores a um ano, não haveria a possibilidade de concessão de liminar de reintegração. Há, entretanto, controvérsia jurídica a respeito desta vedação desde a reforma do diploma legal mencionado no que tange o regime geral de medidas de tutela de emergência.

⁸ Agravo de Instrumento Nº. 0000966-21.2012.4.03.0000/SP; 2012.03.00.000966-0/SP. 1.

⁹ "Justiça suspende por 15 dias a reintegração do Pinheirinho" (<http://brasildefato.com.br/node/8645>)

Nesse contexto, e para preservar a autoridade da decisão de, e Tribunal de Justiça, instruo V. Ex a. a prosseguir na execução do decisório estadual, por conta e responsabilidade desta Presidência. Autorizo, para tanto, requisição ao Comando da Polícia Militar do Estado, para o imediato cumprimento da ordem da 6ª Vara Cível de São José dos Campos, repelindo-se qualquer óbice que venha a surgir no curso da execução, inclusive a oposição de corporação policial federal, somente passível de utilização quando de intervenção federal decretada nos termos do art. 36 da Constituição Federal e mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, o que inexistente.¹⁰

O pronunciamento da Presidência do Tribunal paulista configura um atropelamento flagrante da situação de conflito de competência, que obrigaria esperar por pronunciamento do Supremo Tribunal de Justiça, bem como a desconsideração da decisão judicial estadual do dia 18 do mesmo mês. O governo estadual, por sua vez, ciente das decisões conflitantes e envolvido como estava nas negociações¹¹, teria todas as condições de eximir-se de ordenar as polícias militar e civil a apoiar o cumprimento da ordem de reintegração, ainda mais num domingo, dia em que as famílias estão em repouso ou em funções religiosas.

Como nota, é importante destacar que posturas estatais arbitrárias em relação ao movimento de luta pela moradia de São José dos Campos são de longa data e um de seus casos mais conhecidos é a chamada "Lei Hayashi" - Lei Municipal Nº. 6.539, de março de 2004. O mencionado diploma legal, sancionado e aprovado pela Prefeitura, determina

Art. 1º - O Poder Executivo deverá notificar todo aquele que invadir área pública ou particular, concedendo-lhe o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para desocupar o local, sob penas da Lei.

Art. 2º - Aquele que deixar de atender à notificação do Poder Executivo será desligado de todos os programas sociais do Município, inclusive habitacional, afóra outras medidas legais adotadas.

Art. 3º - Se posteriormente ao desligamento o munícipe deixar a área invadida, haverá um prazo de carência de 6 (seis) meses para que readquira o direito de inscrição e participação em programas municipais.

Em maio de 2006, a lei é declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por violar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade: "Patente a desproporção entre o fato da invasão e a pena infligida que, no mais das vezes, transcenderá a figura do invasor. Nesse contexto, também não se afigura razoável punir o invasor com a perda de benefícios sociais. Essa medida é por demais severa e não guarda relação equânime entre a sanção e o benefício social. A condição de invasor de área pública ou privada, não pode, de forma alguma, importar perdas de todos os benefícios sociais já conquistados na coletividade."¹²

A ordem de reintegração começou a ser executada aproximadamente às 05:30 da manhã do dia 22, poucas horas após o fim da comemoração da suspensão pelos moradores. Entretanto, muitos moradores relataram que, no começo, a presença e a ação policial em Pinheirinho estava sendo vista como uma "operação pente fino". Segundo relatos, os policiais teriam informado, naquele primeiro momento, que estariam na comunidade para executar uma ordem de busca e apreensão. As pessoas seriam checadas para averiguar se havia alguma ordem de prisão contra a pessoa ou se a mesma portava, por exemplo, drogas ou armas de fogo, o que fundamentaria uma detenção imediata. Nesse momento, todos foram orientados a entrar nas suas casas. Até esse momento, era o Batalhão de Choque quem estava na linha de frente da operação.

Nesse primeiro momento, começava a truculência policial. Quem se recusasse a entrar em casa, era recebido com balas de borracha e bombas de gás pelo Batalhão de Choque. Com a chegada do resto da Polícia Militar, por volta das 11:00 da manhã, a situação assumiu outra feição. A partir de então, os moradores obrigados a sair de suas casas, sob ameaças por parte dos policiais, e o fato de que se tratava de uma desocupação - e não de uma busca e apreensão - ficou evidente. Em regra, os moradores não

¹⁰ Despacho proferido pelo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo no dia 21 de janeiro de 2010.

¹¹ "Deputados denunciam manobra de má-fé do governador Alckmin"

(<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/deputados-denunciam-manobra-de-ma-fe-do-governador-alckmin>)

¹² Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 125.738/0-0.

puderam retirar seus bens nesse momento. A polícia os orientou a sair de casa sem levar nada, exceto a roupa do corpo e, por vezes, mas nem sempre, documentos. Já no abrigo, Eliete, que não quis fornecer sua identificação completa, relata que sua filha de cinco anos, Helen, perguntava a ela porque a polícia fez aquilo, pedindo para voltar para casa. Eliete tem que explicar para ela que a família não tem mais casa.

No dia 23 de janeiro, dia seguinte ao despejo, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler, em decisão liminar porém dependente de apreciação posterior pelo plenário do STJ, opinou pela competência da justiça estadual¹³, autorizando provisoriamente a juíza da 6.^a Vara Cível a decidir sobre as medidas urgentes, mas então o direito essencial das famílias às suas moradias já havia sido violado, e as máquinas da prefeitura, sob proteção policial, já procediam à demolição das casas.

Obstrução do acesso das famílias despejadas aos seus pertences, destruição das casas com pertences e móveis, e abandono do terreno ao saque indiscriminado

Embora a prefeitura afirmasse que a reintegração se daria em três etapas (retirada das pessoas, catalogação e separação dos pertences, devolução dos pertences às famílias), a operação acabou levando à perda da maioria dos bens dos removidos. As famílias foram retiradas de forma apressada, literalmente enxotadas pelos tiros, bombas e gás, e, em muitos casos, foram obrigadas a deixar para trás seus móveis, aparelhos eletrodomésticos e a maior parte dos objetos pessoais.

Aparentemente funcionários da prefeitura etiquetaram os pertences e lacraram as casas, mas a demolição das residências começou (talvez ainda no dia 22, mas com certeza já no dia 23) antes que todos pertences fossem removidos para depósitos municipais. Um desses casos é o de José Francisco dos Santos, que foi informado que poderia voltar no dia 24 de janeiro com um caminhão que seus bens poderiam ser retirados. Entretanto, ao voltar, constatou que sua casa havia sido derrubada por cima de todos os seus bens. Um policial presente no local lhe informou que faria um boletim de ocorrência, porém não entregou nenhum tipo de comprovante a José Francisco. Caso semelhante ocorreu com duas mães que preferiram não se identificar. Com filhos entre seis meses e quatorze anos, a polícia apenas as deixou utilizar dois sacos de lixo para acondicionar seus bens. Tudo que não coubesse, teria que ser deixado para trás.

Ana Paula da Conceição foi outra que teve sua casa destruída com seus bens dentro. Os policiais haviam lhe informado que seus pertences seriam numerados e que, após o cumprimento da ordem de reintegração, teria como retirá-los, porém, nas palavras da moradora: "Não foi verdade. Eles entraram derrubaram, quebraram e fizeram o que fizeram com o que era nosso. Teve gente que não teve direito nem de pegar seus documentos." Quando chegou com um caminhão para retirar suas coisas, ela viu que a metade da casa já tinha sido demolida com todas suas coisas dentro, inclusive seu guarda-roupa inteiro e seu material de trabalho: os produtos que revendia como fonte de renda.

De tarde, quando voltou, lhe informaram que o resto de suas coisas haviam sido retiradas para um galpão em São José dos Campos. Ao se indagar sobre esse galpão, o caminhoneiro que estava no mesmo e fazia transporte de bens para lá lhe disse "Essa é minha última viagem naquele lugar. O que estão fazendo com vocês é desumano. Não estão tirando as mudanças de vocês. Estão quebrando e jogando em cima dos 'caminhão' quase tudo vira lixo e vem para esse galpão." No galpão, o resto de seus bens estavam acondicionados em sacos de lixo. Neles, Ana Paula encontrou lixo e bens de outras pessoas. A foto adiante mostra o que restou dos pertences de Ana Paula que foram deixados no local.

¹³ "STJ diz que reintegração de posse é válida" (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1038032-stj-diz-que-reintegracao-de-posse-e-valida.shtml>)



Os moradores não tiveram acesso ao terreno e a suas casas até o dia 25, entretanto ao final desse dia a polícia retirou-se repentinamente do local, que ficou assim exposto à ação de saqueadores.¹⁴ Ana Paula dos Santos Moura relata que, ao voltar à sua casa nesse dia, por volta das 14:00, verificou que diversos de seus bens haviam sumido, dentre eles um microondas, geladeira, fogão e televisor. Denunciou o fato a uma oficial de justiça presente que lhe informou que o restante de seus bens seriam retirados e levados a um depósito municipal. Ao regressar no final de dia, nenhum oficial de justiça estava presente e o que havia restado de seus bens estava sendo levado - sem numeração ou catalogação - por um caminhão não identificado como pertencente ao Poder Público. Esse motorista voltou mais tarde com uma ordem do oficial de justiça e com ela foi até o depósito municipal. Lá, a moradora exigiu que levassem seus bens para outro local, entretanto o motorista que se prontificou para fazê-lo, após colocar seus bens no veículo, se separou dela e fugiu com todos seus pertences. Após todo esse sofrimento, retornou ao Pinheirinho e verificou que as casas remanescentes estavam sendo saqueadas sem que nenhuma ação policial fosse tomada para impedi-lo.

Falas como as de Luiz Alberto Ferreira Nunes, Arnaldo Ribeiro Viana e Paula, que cuida de sua mãe após a mesma ter sofrido um derrame cerebral que a deixou incapaz de se locomover sem auxílio, destacam que muitos dos moradores entrevistados afirmam reiteradamente que a Polícia teria marcado sua casa e seus bens, informando-os que, com esse número, teriam como resgatar todos seus pertences, mas impediram o acesso.

Maria Cleide de Oliveira Santos, ao tentar voltar para pegar o remédio de seu filho, foi informada pelo policial que teria que obter a autorização de um coronel presente no local. "Eu falei: Coronel, pelo amor de deus, o senhor deixe eu pegar o remédio do meu filho. Se não quer deixar eu entrar, então manda um policial - eu deixei a minha bolsa em cima do sofá da minha sala (...) - para pegar o remédio do meu filho. 'Não pode que não sei o quê. Você tem que dar a volta por outro canto. Só pode entrar com oficial de justiça.'" Osmar Onofre dos Santos relato que, ao tentar voltar para checar o estado de sua casa, foi recebido com balas de borracha e levado desmaiado ao Posto de Saúde Dom Bosco.¹⁵

Na realidade, conforme apresentado, as casas foram derrubadas com os pertences dentro, bens foram quebrados antes de serem jogados em sacos de lixo e acumulados em galpões públicos e não houve um controle efetivo por parte do Poder Público para impedir que outras pessoas entrassem no que havia restado do Pinheirinho e simplesmente pegassem o que quisessem. Muitos moradores declaram que ainda estão pagando pelo material de construção de suas casas e bens que foram destruídos. Uma

¹⁴ "Após 15 horas de saques, Selecta assume o Pinheirinho" (<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/apos-15-horas-de-saques-selecta-assume-o-pinheirinho-1.211474>)

¹⁵ Vide: <http://www.youtube.com/watch?v=-j6RJoZBh40>

moradora que não quis fornecer seu nome afirma que possuía um comércio no local e que havia R\$2.500,00 no interior do estabelecimento quando a polícia ordenou a retirada, mas apenas lhe foi entregue de volta R\$500,00.¹⁶ Também teriam sumido garrafas de uísque que ainda estariam pendentes de pagamento.

Moradores, movimentos sociais, parlamentares e organizações defensoras dos direitos humanos que percorreram o terreno a partir da noite do dia 25 assistiram a um espetáculo aterrador: casas demolidas com móveis e pertences no interior, pertences jogados para fora das casas de qualquer maneira, móveis e eletrodomésticos destruídos, casas não demolidas completamente saqueadas, legiões de saqueadores, alguns até com caminhões, percorrendo as ruínas.



Membros da Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, da Justiça Global e das Brigadas Populares, que percorreram o terreno nos dias 26 e 27 observaram saqueadores tentando levar até caixas d'água, e uma "garimpeira", que se declarou moradora do bairro Dom Pedro, dizendo que ouvira que "a polícia liberara a área" para saques. Uma moradora relatou que veículos de empresas supostamente contratadas para retirada dos pertences podem ter contribuído para os saques.

Agressões, ameaças, espancamentos, ferimentos e intoxicação devido a disparos, bombas, gás e spray de pimenta

Esses foram alguns dos casos mais massificados de violações cometidas. As vítimas incluem mulheres, crianças, idosos, ativistas sociais e inclusive autoridades estatais. As agressões aconteceram no terreno da ocupação, durante o despejo, mas também nos bairros vizinhos (principalmente o Campo dos Alemães) e nos abrigos para onde foram direcionados os despejados. Moradores relatam que os policiais muitas vezes tiravam sua identificação, que forneceria seu nome às vítimas, para dificultar e até impossibilitar denúncias. Há inclusive relatos, como o de Maria José de Andrade Moura, que os policiais estariam portando armas de fogo letais, e não apenas balas de borracha e bombas de gás.¹⁷

A título de exemplo, temos o caso de Naise Aparecida dos Santos. Após ordens contraditórias da polícia para primeiro entrar em sua casa e depois sair da mesma, Naise, durante essa confusão, foi atingida por um tiro de bala de borracha no braço. Não houve nenhum tipo de auxílio médico por parte do Estado - seja no local, seja depois, nos abrigos. O resultado é que, dias depois, Naise ainda apresentava uma clara lesão, conforme demonstra a foto abaixo, retirada no dia 25 de janeiro no abrigo localizado no Morumbi.

¹⁶ Vide, também, o vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-j6RJoZBh40>

¹⁷ Vide também: <http://www.youtube.com/watch?v=otTsN53YI5A>



Segundo relato de Ana Paula da Conceição, uma de suas amigas, de nome Daniele, foi gravemente feridas durante a ação policial. Daniele foi atingida por uma bala de borracha na boca que teria rasgado seus lábios. Em caso semelhante, Dulcinéia Plastino Martins, a polícia, após ter ordenado que entrasse em sua casa, junto com seu irmão e mãe de setenta anos, jogou uma bomba de gás no interior da residência, ferindo gravemente Dulcinéia. Nenhum policial ou outro agente estatal presente no local ofereceu ajuda para levá-la até um atendimento médico. Pelo contrário, outro morador teve que ajudá-la a caminhar de sua casa até a rua que margeia a comunidade, pois as ambulâncias não podiam entrar para resgatar os feridos. Foram mais de vinte minutos caminhando até o pronto socorro, enquanto sangrava, até ter sido atendida por médicos.

Um caso de violência durante a desocupação que foi amplamente divulgado foi o de Cláudio Anésio Martins. Ele teria tentado ajudar sua ex-mulher quando foi agredido por policiais que supuseram que ele teria atirado uma pedra nos mesmos.¹⁸

A respeito das ameaças, um caso é de Oredina Juliane de Araújo, de quase sessenta anos. Segundo ela, a polícia a retirou, junto com seu filho, "como se fossem cachorros. Eu falei que não tinha lugar para ir. Eles falaram que, se eu não saísse, eu ia levar tiro. Naquela hora, ia me levar presa. Isso não se faz com um ser humano não."

As lesões não se limitaram aos moradores. O repórter-fotográfico Cláudio Vieira, do jornal local 'O Vale', informou que, durante a desocupação três bombas explodiram próxima a ele que e foi atingido por duas balas de borracha.

Mesmo após a desocupação, a agressão aos moradores de Pinheirinho continuaram. Um dos primeiro abrigos utilizados, a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, foi atacado pela Polícia Militar na madrugada do dia da desocupação para a segunda-feira, 23 de janeiro.¹⁹ Segundo o morador Rafael, que não quis fornecer seu nome completo, duas viaturas da Polícia Militar chegaram na rua em frente à Igreja e começaram a disparar balas de borracha e bombas de gás na direção da Igreja. Carla, outra moradora, conta que estava alojada no ginásio poliesportivo quando a polícia e a guarda municipal começaram a jogar gás de pimenta. Muitas crianças pequenas e recém-nascidas teriam sido levadas por ambulâncias, enquanto as mulheres apanhavam da polícia. Segundo Carla, muitas mulheres grávidas apanharam de cassetete da polícia. "Mas só que isso é a nossa palavra contra a deles. A palavra dos favelados, dos drogados, contra deles, né. Porque eles têm poder e tudo".

¹⁸ Vídeo da agressão: <<http://www.youtube.com/watch?v=I59gVkRfEFQ>>. "O VALE conversa com pedreiro agredido pela PM" (<http://www.ovale.com.br/o-vale-conversa-com-pedreiro-agredido-pela-pm-1.211462>)

¹⁹ "Polícia Militar joga bomba em pátio da igreja que abriga moradores" (<http://solidariedadepinheirinho.blogspot.com/2012/01/policia-militar-joga-bomba-em-patio-de.html>)

Tratamento desumano e degradante aos desabrigados

As famílias despejadas foram levadas inicialmente a um centro de triagem situado numa quadra poliesportiva próxima à ocupação, e depois distribuídas por quatro abrigos diferentes, três organizados pela prefeitura e um pelo movimento social. No dia 25 de janeiro, as famílias abrigadas no local então coordenado pelo movimento social deixaram e tiveram que se deslocar a pé para outro abrigo, providenciado pela prefeitura, distante cerca de 4 km, no bairro Jardim Morumbi.²⁰

Em todos os abrigos as condições sanitárias são precárias, o espaço insuficiente, o atendimento médico aos necessitados depende de voluntários²¹. Em quase todos, os desabrigados são obrigados a usar pulseiras para suposto controle de entrada e saída, mas que, conforme narrado pelos desabrigados, acabam sendo um sinal de identificação que permitem agressões por parte da polícia fora dos abrigos. Os desabrigados no Jardim Morumbi recusaram-se a se submeter a esse sistema e destruíram as pulseiras.

No abrigo situado no CAIC, moradores acusam funcionários da prefeitura e o Conselho Tutelar de ameaçarem continuamente retirarem-lhe os filhos, e no dia 26 de janeiro pelo menos uma desabrigada não tinha informações nem acesso à sua neta que fora internada. A avó de Giovana Gabriele dos Santos Cesário, de 2 anos, declarou que, após algum outro ocupante do abrigo acusar a avó de estar



maltratando a neta para funcionários da Prefeitura, Giovana foi levada a um hospital. A mãe de

²⁰ "Sem-teto caminham 4 km no sol até chegar a abrigo" (<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/sem-teto-caminham-4-km-no-sol-ate-chegar-a-abrigo-1.211471>)

²¹ "Reintegração deixa legião de desabrigados" (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/21769-reintegracao-deixa-legiao-de-desabrigados.shtml>, acessível para assinantes)

"Defensoria entra com ação por abrigo a famílias do Pinheirinho" (<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1039070-defensoria-entra-com-acao-por-abrigo-a-familias-do-pinheirinho.shtml>)

"Sem-teto enfrenta superlotação" (<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/sem-teto-enfrenta-superlotac-o-1.212376>)

Giovana é menor de idade e não possui condições de cuidar da criança, daí ter caído sob a sua avó a tarefa de criá-la, porém, quando essa foi a buscar sua neta, foi informada que Giovana teria sido entregue ao Conselho Tutelar, que informou a avó que apenas poderia retirar a criança quando a situação da família fosse resolvida. Após pressionar os funcionários do Conselho, lhe disseram que talvez Giovana fosse devolvida à família na quarta-feira, 01 de fevereiro de 2012. Não deixaram a avó ver a criança e nem lhe informaram onde a mesma estaria.

No mesmo abrigo, CAIC, desabrigados relatam que o local estava sujo com fezes de pombo no interior do alojamento onde as pessoas estão dormindo. Não há água no local, alguns moradores relatam que a comida servida está estragada e os desabrigados não estão sendo orientados quanto ao seu destino. A única informação que tiveram foi que, assim que começaram as aulas, terão que sair do local.

Luiz Alberto Ferreira Nunes declara que, além da falta de alimentação, foi inicialmente proibido de entrar no abrigo pelo fato de se ter passado das 23:00. Ele havia saído do mesmo para procurar alguma alimentação para sua esposa, que está grávida, e apenas conseguiu ingressar novamente no local após conversar com a polícia, assistentes sociais e explicar a situação.

Nos dias imediatamente posteriores ao despejo, funcionários da prefeitura abordaram desabrigados, oferecendo passagens para quem quisesse deixar a cidade para qualquer destino, inclusive para estados do Norte ou do Nordeste, o que foi interpretado como uma sugestão de que os moradores do Pinheirinho eram indesejados em São José dos Campos. Diante da fraca receptividade a essas propostas, elas cessaram.

Obstrução ao trabalho da imprensa e de organizações e instituições defensoras dos direitos humanos

No próprio dia do despejo, o acesso à área das operações foi fortemente restringido, parlamentares, autoridades federais e ativistas sociais que tentaram aproximar-se dos desabrigados foram agredidos e a imprensa era “guiada” pela polícia, fato que se repetiu nos dias seguintes²².

Sindicatos, organizações sociais e indivíduos que tentaram acesso ao Instituto Médico Legal e aos hospitais para obter informações sobre desaparecidos também foram obstruídos. O IML negou acesso ao livro de registros de entradas de corpos, e no Hospital Municipal da Vila Industrial a informação só era passada pela assessoria de imprensa, que negava a entrada de feridos, embora muitas pessoas tenham testemunhado intenso movimento de ambulâncias e viaturas policiais no dia do despejo.

Segundo o jornalista Jean-Philip Struck, da Folha de São Paulo, no dia 22/01, todas as ruas que cercam o terreno foram bloqueadas pela polícia e ninguém podia entrar, sob pretexto de “medida de segurança”. No dia 23/01 a polícia restringiu a entrada de jornalistas, e somente houve um “tour” programado que durou poucos minutos. Os jornalistas não podiam entrevistar os moradores, só registrar imagens, mesmo assim de forma parcial. O transporte dos jornalistas era feito exclusivamente em viaturas policiais até o dia 24/01. Também no centro de triagem a prefeitura controlava a entrada de jornalistas. A circulação da imprensa tornou-se livre somente no dia 25/01, quando a polícia retirou-se da área.

²² “Dentro do Pinheirinho, PM define o que pode ser visto” (<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,015574565-EI5030,00-Dentro+do+Pinheirinho+PM+define+o+que+pode+ser+visto.html>)

“Polícia restringiu acesso da imprensa durante operação” (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/22252-policia-restringiu-acesso-da-imprensa-durante-operacao.shtml>, acessível para assinantes)

Relato 1 - Reunião com sindicalistas: A luta pela moradia começou em São José dos Campos na década de 90, quando a cidade começou a crescer e as favelas que ocupavam áreas potencialmente interessantes para o empreendimento imobiliário passaram a ser visadas. Entre 1990 e 1994, os movimentos conseguiram alguns avanços - como a aprovação de um Plano Diretor, o reconhecimento das áreas de favela como de interesse social e a criação de um Conselho Municipal de Habitação -, porém esse quadro começou a ser revertido com a eleição de Emanuel Fernandes. Por exemplo, em 1996 setenta famílias do Vale do Eucaliptos foram visadas para remoção pelo Poder Público, mas houve resistência popular. Daí em diante, diversas outras comunidades foram atacadas. O Conselho Municipal de Habitação foi extinto e a única reunião na qual os movimentos foram recebidos pela municipalidade foi em 1999. O Pinheirinho nasce com a desocupação de uma comunidade em 2003 que gera outra ocupação que, também, sofre remoção. A área do Pinheiro estava antes totalmente abandonada e foi com a sua ocupação que a área cresceu e se tornou uma área residencial tão grande. A ação contra Pinheirinho não é de hoje. Antes, a Prefeitura havia entrado com uma ação baseada no Código de Obras contra a comunidade e propôs uma lei - apelidada de "Lei Hayashi" - que vedava aos moradores de ocupações o acesso a serviços públicos. A lei foi declarada inconstitucional após interposição de ADIn. Em regra, as pessoas não estão fazendo exame de corpo de delito por medo de ir até a delegacia e serem presos.

Relato 2 - Hororina Ferreira dos Santos (áudio): Teve uma assembleia e festa no sábado para comemorar a suspensão do processo pela Justiça Federal, mas no domingo pela manhã compareceu a polícia para realizar a desocupação. Ela estava dormindo quando, às 05:30 aproximadamente, acordou com o barulho fora do comum no exterior da casa. Saiu da casa, levando seu neto, e, ao ver a grande quantidade de policiais e as pessoas fugindo, passou mal e quase desmaiou. A polícia falou que eles teriam que sair e passar para o outro lado do cordão de isolamento. Seguiu fugindo com seu neto, passando mal e sem voz. O neto, durante a escapada, repetia que os policiais o iam matar - que ele iria morrer ali. Na segunda-feira de noite, dia seguinte à desocupação, perguntaram para ela se teria notícias de seu ex-marido, Ivo Teles dos Santos, pois a casa deste teria sido derrubada sem que nada fosse retirado de dentro. Informaram-na que ele estaria bêbado durante a operação da polícia e que, por causa disso, teria xingado os policiais. Em resposta, ele teria sido brutalmente espancado pelas forças de segurança, apesar de ser um senhor de 75 anos de idade - inclusive, Ivo teria sido baleado na perna. Desde então, ela tentou conseguir informações sobre Ivo com outras pessoas, dentre elas membros da organização, porém ninguém sabia do paradeiro de Ivo, apesar de terem procurado por ele em dois pronto-socorros. Ademais, Ozorin ouviu que teriam havido quinze mortos, dentre eles uma jovem que teria morrido ao inalar a fumaça das bombas e gases utilizadas pela polícia. A *causa mortis* que constaria nos documentos do hospital seria asma. O mesmo teria ocorrido com uma mulher grávida. Quanto aos seus pertences, ela conseguiu retirá-los da casa, mas em outros casos a casa foi derrubada por cima.

Relato 3 - Naise Aparecida dos Santos: Estava saindo de casa, a polícia pediu para sair na casa e depois para entrar, por causa da confusão. Nesse momento, da confusão, pegou um tiro de bala de borracha no braço. Ninguém do governo ofereceu auxílio médico, nem lá, nem nos abrigos. O governo não está dando alimentação no abrigos. Nenhuma ajuda quanto aos filhos.

²³ Demais anexos, como os vídeos abaixo referenciados e leis e decisões judiciais citadas, encontram-se em mídia ótica encaminhada em anexo.

Relato 4 - José Francisco dos Santos: Eles chegaram domingo falando que teria que fechar a casa que a polícia garantiria a segurança dos bens. Foi informado que na segunda não poderia voltar, daí foi na terça, ele voltou e foi informado que, se trouxesse um caminhão, poderia retirar suas coisas. Ao chegar na casa, derrubaram a casa por cima de todos os bens. Foi perda total. A policial falou que tinha que fazer um BO, que teria sido feito, mas José não recebeu cópia do BO. Ficou sabendo que as casas estariam sendo saqueadas. Não tem nenhuma informação sobre para onde vão e por quanto tempo. A população de Pinheirinho foi dispersada entre vários acampamentos, abrigos e casas de amigos;

Relato 5 - Teresa Gonçalves Meireles: Conseguiu tirar algumas coisas, como colchão e roupas, mas outras deixou, pois não teria para onde levar. Tentou voltar, mas não deixaram entrar. Não queriam deixá-la pegar sua cachorra de volta. Não recebeu nenhuma informação sobre para onde ia e seu destino. O importante é lutar de novo para ter um cantinho.

Relato 6 - Cláudio Vieira (repórter fotográfico do Jornal O Vale): Durante a desocupação, três bombas explodiram próximo a ele e foi atingido por duas balas de borracha.

Relato 24 - Ana Paula da Conceição de 23 anos, com dois filhos (um de um ano e oito meses) e separada (video-2012-01-26-13-08-18.mp4, video-2012-01-26-13-25-10.mp4, video-2012-01-26-13-31-57.mp4): Morou quatro anos em Pinheirinho. Por volta de 11:30/12:00, os policiais chegaram na sua casa, sendo que a Tropa de Choque havia chegado pelas 06:00 e falou para todos entrarem em suas casas. Em quem ficou na rua, levava bala de borracha e bombas de gás. Naquele momento, porém, todos estavam relativamente tranquilos, pois o boato era que era apenas um "pente fino" - os policiais estariam ali para fazer uma busca e apreensão -, mas quem sáísse eles não deixavam voltar. No sábado, o Suplicy tinha falado que a Justiça Federal tinha barrado a demolição, mas os moradores foram surpresos no domingo de manhã. Os moradores foram enganados, já que tinha ganho a terra pela Justiça Federal, mas a Estadual não quis cumprir a ordem. Com a chegada da Polícia Militar no final da manhã, foi orientada a sair da casa, mas não poderia levar nada com ela. Falaram-lhe que sua casa e coisas seriam numeradas e que apenas ela poderia ter acesso aos seus pertences e poderia tirá-los. "Não foi verdade. Eles entraram derrubaram, quebraram e fizeram o que fizeram com o que era nosso. Teve gente que não teve direito nem de pegar seus documentos." Quando ela chegou com um caminhão para retirar suas coisas, ela viu que a metade da casa já tinha sido demolida com todas as coisas dentro, inclusive seu guarda-roupa inteiro. "Quatro anos de trabalho meu vocês botaram no chão. Vocês não deram direito da gente tirar nossas coisas. Eu saí daqui com a roupa do corpo." De tarde, quando ela voltou, lhe informaram que o resto de suas coisas haviam sido retiradas para um galpão em São José dos Campos. Ao se indagar sobre esse galpão, o caminhoneiro que estava no mesmo e fazia transporte de bens para lá lhe disse "Essa é minha última viagem naquele lugar. O que estão fazendo com vocês é desumano. Não estão tirando as mudanças de vocês. Estão quebrando e jogando em cima dos 'caminhão' quase tudo vira lixo e vem para esse galpão." Botaram tudo em saco de lixo preto para fazer a "mudança". Na verdade quebravam tudo e colocavam nesses sacos. Quando foi buscar seus pertences no galpão, apenas liberam o recolhimento de tais sacos. Neles, Ana Paula encontrou lixo e pertences de outras pessoas. Ela era vendedora da Natura/Avon e tinha caixas de produtos na casa que não pode tirar antes da derrubada. "Eles falaram que no Pinheirinho tinha muito bandido. Bandidos são os que fazem isso com as famílias. Isso sim é bandidagem." "Eu tenho duas amigas (...) Uma 'tá' com a boca rasgada - nunca mais ela vai recuperar a boca dela - 'com' um tiro de bala de borracha. A outra (...) uma bomba em cima da casa dela. Ela foi toda ferida para o hospital. Essa deu entrada no Hospital da Vila. (...) Ela se chama Anéia. (...) A outra se chama Daniele." "Jornalista nenhum pode entrar aqui na desocupação, nem no começo. Só no fim, depois eles fingiam conduzir as famílias para o local para

retirar suas coisas." "A minha amiga Néia, quando a polícia jogou a bomba dentro da casa dela que ela se feriu, um rapaz apareceu para prestar socorro. Tirou a camisa, levantou as mãos para cima e falou para o policial que precisava, que a menina precisava de socorro que a menina tinha sido atingida e os policiais falaram o seguinte: que só ele podia conduzir ela até aqui. Da onde ela mora, que é lá nos fundos, lá no 'G', gasta vinte minutos para chegar nessa portaria. As únicas 'ambulância' que tinha eram duas ambulâncias que 'tavam' aqui, do lado desse depósito de material de construção. Ela veio sangrando até cá. Sem nenhum socorro da polícia. Aqui dentro não tinha ambulância para quem passasse mal. (...) Só essa pessoal que se feriu que eles permitiram que viesse andando até aqui." Tem um condomínio de luxo atrás de Pinheirinho e o pessoal de lá não gostava da presença da comunidade ali. O Poder Público não havia feito a legalização para que as pessoas pagassem pelos serviços públicos. Os moradores teriam condição de pagar tais impostos, mas foi o Estado que não quis implantá-los. "Houve uma ganância sim de tirar a gente daqui. Eu acredito aqui que não vai durar muito para ser construído um condomínio de luxo igual igual ao que tem aqui atrás. O povo era incomodado com a nossa presença aqui e eu acho que tem muita coisa por trás disso."

Relato 8 - Aristeu Neto (advogado do sindicato e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SJC): Havia um conflito acerca da reintegração e na semana passada havia um pedido da própria massa falida pedindo a suspensão da reintegração por quinze dias. Ademais, em virtude do interesse da União em desapropriar a área, havia uma decisão na esfera federal no sentido de suspender qualquer ação de remoção. Durante a desocupação, houve uma ordem do desembargador local no sentido de que as forças de segurança estaduais deveriam enfrentar inclusive forças federais, se necessário. O juiz estadual que havia suspenso a reintegração, pelo telefone, às seis da manhã de domingo, voltou atrás e autorizou a reintegração. As pessoas foram retiradas de suas casas e essas lacradas, para que depois retirassem seus bens. As pessoas foram encaminhadas para um centro de triagem, onde ninguém podia entrar em um primeiro momento, e mães foram separadas de filhos, etc. Devido a um tumulto no local, a polícia disparou bombas de gás lacrimogêneo, gás de pimenta e balas de borracha para o interior do local. Uma das bombas de gás lacrimogêneo caiu dentro da área das crianças e há denúncia, ainda não comprovada, de que duas crianças teriam falecido intoxicadas.

Relato 9 - Duas mães não identificadas, cada uma com três filhos (14, 9 e 12; 6, 3 e seis meses): Quando a polícia chegou, já estavam dormindo. Escutaram os fogos e seu marido levantou para ver o que era, mas falou que era apenas uma operação "pente fino", segundo os policiais. Por isso, ficaram tranquilos, mas logo veio o Batalhão de Choque, que mandou entrar nas casas: "Vai pra dentro agora. Não quero saber. É para entrar agora que eu estou mandando." Se alguém abria o portão, viravam a arma para a pessoa. Nesse momento, perguntaram se era reintegração, no que a polícia confirmou, mas apenas deixaram tirar documento e, no máximo, uma peça de roupa. Perguntaram se não deveria ter quinze dias para desocupar e os policiais falaram que não. Eram seis crianças, portanto demorou um pouco para pegar a roupa básica, no que a polícia ficou pressionando para ir logo. Frente ao tamanho das bolsas, a polícia falou que não podia levar "tudo aquilo". Uma policial mulher veio para revistá-la de forma detalhada. No meio tempo, as crianças choravam. Chegando no portão, os policiais novamente falaram que não poderia sair com todas aquelas roupas. Deram dois sacos de lixo pretos e falaram que apenas o que cabia ali dentro poderia sair com elas - nenhum tipo de bagagem de mão. No dia seguinte, perguntou para os policiais se iam derrubar as casas com móveis dentro. Foi respondido que não, mas logo depois já haviam derrubado sua casa com tudo dentro. Não conseguiu pegar nada. Esse abrigo, Vale do Sol, é dos melhores. Há alguma assistência. Denunciaram de uma mãe que teria sido agredida pelos policiais durante a desocupação. A maioria das pessoas, como não tem para onde ir, está ficando nos abrigos. A promessa foi de que haveria algum tipo de auxílio, mas não houve até agora

nenhum tipo de cadastro. Os agentes estatais presentes nos abrigos falam que não tem nenhuma informação sobre isso. Na rua, os expulsos de Pinheirinho estão sofrendo muito preconceito. As crianças ficam perguntando quando vão para casa e ficam com medo quando veem policiais: "Eu não sou homem, sou uma criança." Passaram em Pinheirinho no dia 26/01 e havia vários veículos com pessoas que não eram da comunidade retirando material e bens que foram deixados lá durante a demolição;

Relato 10 - Rafael: Na segunda-feira 23/01 na Igreja Na Sa do Perpetuo Socorro, onde estavam abrigados parte dos despejados. Por volta da 1 hora da madrugada, duas viaturas da Polícia Militar com oito policiais (com a numeração das viaturas oculta por trajes) chegaram na rua defronte, sacaram suas espingardas e começaram a disparar para dentro da igreja, através do alambrado. Dispararam tiros de bala de borracha e depois granadas de gás. As pessoas se desesperaram, as mulheres buscaram as crianças para levar para dentro dos banheiros como proteção. Duas viaturas da polícia federal que se encontravam próximas ligaram suas sirenes, e com isso as viaturas da PM se retiraram. Meia hora depois três viaturas da Rota se posicionaram nas ruas em torno da igreja, onde se encontravam pessoas moradoras das imediações, e passaram a atirar para dispersá-las

Relato 11 - Ana Paula dos Santos de Moura: Junto com Sua mãe Neusa Maria Soares dos Santos, encontravam em casa no domingo 22/01 por volta das 6h quando foram atacadas por bombas e gás de pimenta, os policiais dizendo "entra para dentro". Permaneceram próximo à casa, a mãe ficou desesperada e chorando. Por volta das 15h estava fora de casa procurando saber de uma possível "quebra da liminar", quando voltou para tentar entrar em casa, os policiais não deixaram entrar mesmo com a mãe chorando lá dentro. Após cerca de uma hora deixaram entrar mas a esta altura já estavam lacrando a casa. Saiu de carro do terreno com sua mãe. Ficaram abrigadas na igreja de domingo a segunda, terça foi para o caíque e depois foram mandada para um abrigo para moradores de rua e usuários de drogas. Hoje 25/01 por volta das 14h voltou ao terreno a conseguiu entrar com um vizinho e foi até sua casa que também era um comércio. Lá verificou que havia sumido: microondas, 4 bujões de gás, chapa de trailer, máquina de frios, geladeira, fogão, uma cômoda, aparelho de som e televisão, liquidificador industrial. Procurou um oficial de justiça que estava presente chamada Raquel e mostrou-lhe a casa. Ela disse que a casa "ainda não havia sido vistoriada". Pediu que registrasse o que ainda havia na casa e prometeram que amanhã retirariam o restante dos pertences e levariam para o depósito municipal. Resolveu voltar mais ou menos às 19h, conseguiu entrar e chegar à sua casa e verificou que todo o restante de seus pertences (camas hospitalar de sua mãe, 3 freezers, 2 balcões, 3 prateleiras) havia sumido. Os oficiais de justiça não se encontravam mais no local. Quando saiu viu um caminhão placa de São Paulo BIW4096 com seus pertences, nem numerados nem catalogados. Começou a gritar quem era que estava com aquele caminhão, e ninguém se identificava. Após cerca de meia hora apareceu o motorista que mostrou um documento do oficial de justiça. Foi com ele até o depósito municipal. Chegando lá outros motoristas começaram a ficar nervosos com a presença dela pedindo que levasse seus pertences, até que o motorista se dispôs a levar as suas coisas, mas se separou dela no meio do caminho e fugiu. Voltou mais uma vez ao pinheirinho, por volta das 21h e viu vários moradores do bairro União saqueando as casas remanescentes, sem nenhuma ação da polícia para impedir tal ação;

Relato 12 - Professor de Filosofia (M2U00085.MPG; M2U00086.MPG; M2U00087.MPG): Fala que não estava fazendo nada, apenas sentado, mas a polícia lhe atirou com balas de borracha. Ele mostra o ferimento, localizado na perna direita. Mostra a cápsula de uma das bombas e fala que também foi atacado com gás de pimenta.

Relato 13 - Oficial de Justiça da Justiça Federal (M2U00096.MPG): Fala da existência de uma ordem federal para que "a polícia se abstenha de qualquer desocupação". O comandante geral da PM na área do Vale da Paraíba, Manuel Messias de Melo, teria dito que não cumpriria essa ordem, pois a competência seria da Justiça Estadual.

Relato 14 - Antônio Carlos dos Santos (M2U00112.MPG): Há cinco anos é funcionário da Prefeitura de Caçapava. Estava procurando sua família, mas não a encontrava. Informaram-no que a encontraria em determinado local, mas chegando lá não encontrou ninguém. "A gente vota por que é obrigatório. Porque na hora que a gente precisa deles, eles esquecem da gente."

Relato 15 - Oredina Juliane de Araújo (M2U00113.MPG) (02:00): Tem quase sessenta anos e um filho com problema de saúde e foram tiradas como se fossem cachorros. "Eu falei que não tinha lugar para ir. Eles falaram que, se eu não saísse, eu ia levar tiro. Naquela hora, ia me levar presa. Isso não se faz com um ser humano não."

Relato 16 - Morador há oito anos (M2U00123.MPG, M2U00124.MPG, M2U00125.MPG, M2U00126.MPG): "O prefeito tem a capacidade de botar nove mil pessoas na rua. Sem moradia. Ele não pensou nas crianças, nos idosos. Comer o que? Comida que eles 'traz'? Uma comidinha de fora pra 'nóis'? A gente não quer comida. A gente quer casa. A gente 'começamos' o Pinheirinho. A gente construiu." Não pode retirar seus bens. Falaram que apenas com ordem da justiça, mas também falaram que no dia seguinte. Outros que teriam uma semana, "mas para derrubar a casa foi em dez minutos". Enquanto isso, ficou tudo jogado no terreno. Para piorar, ele ainda está pagando pela casa. Ao retirar as pessoas de suas casas, a polícia revistou os moradores como se fossem bandidos. Na triagem, foi informado que deveria se cadastrar para obter uma alternativa de moradia, mas sua mulher está cadastrado há trinta anos e até hoje não recebeu nada.

Relato 17 - Depoimento. Homem (M2U00127.MPG): Não conseguiu ser atendido na triagem e cadastramento.

Relato 18 - Depoimento. Jovem mulher (M2U00128.MPG): Os helicópteros ficaram sobrevoando as casas e fazendo barulho. Quando as pessoas tentaram sair, havia os policiais falando para todos voltarem para dentro das casas. "Gente 'foram' para um lado e para o outro. Gente passando mal. Minha mãe desmaiando na rua. Não respeitaram ninguém, nem criança. Grávida desmaiando na rua e eles não 'queria' nem saber. Eles 'passava' por cima."

Relato 19 - Depoimento. Mãe com criança (M2U00129.MPG): Quando abriu a porta de casa, sentiu muito cheiro de gás de pimenta. Pegou a filha de um ano e meio e sua outra e saiu com a mãe. Na saída, jogaram uma bomba na entrada da casa, fazendo com que sua mãe desmaiasse e sua filha reclamasse que seu olho estava "dodói". Sua mãe tem problema de pressão e todos seus remédios haviam ficado na casa, mas a polícia não deixou pegar de volta. Nem as fraldas. "O policial ainda falou que se minha mãe não atravessasse a rua logo ele ia agredir a minha mãe. Usar força bruta contra a minha mãe."

Relato 20 - Elza Neida Aparecida (M2U00136.MPG): Foi cadastrada na triagem. Disseram que ligariam para ela depois para informar a respeito da relocação, mas, até o momento da entrevista, não havia sido contatada.

Relato 21 - Depoimentos. Condições do abrigo. (M2U00137.MPG, M2U00138.MPG, M2U00139.MPG, M2U00140.MPG, M2U00141.MPG): Há fezes de pombos no interior do alojamento onde as pessoas estão dormindo. Teriam espancado um repórter que estava tentando cobrir os abusos. Não tem água no abrigo e não foi dada nenhuma orientação. O abrigo é em uma

escola. Assim que forem começar as aulas serão todos expulsos. Falaram que iam ter suas coisas de volta, mas as máquinas está lá quebrando tudo.

Relato 22 - Mulher não identificada (áudio): A polícia começou a tacar bomba e alguns reduziam, mas havia uma criança no meio que estava sofrendo muito com os gases. No meio dessa confusão, essa criança teria sumido e se perdido da mãe. Ela pegou o menino, que estava desesperado perguntando pela mãe. O menino, que devia ter uns cinco anos, desmaiou. Ela entrou em desespero e o levou até a ambulância. Logo, após achou a mãe e o menino foi levado pela ambulância. Ficou sabendo que a criança teria sofrido um ataque cardíaco, mas não sabe informar o nome da criança ou da mãe.

Relato 23 - Avó Giovana Gabriele dos Santos Cesário, de 2 anos (áudio): Sua neta estava chorando muito pois não conseguia dormir. Alguém, que também estava no abrigo, falou para os funcionários da Prefeitura que a criança estaria sendo estuprada, mas perguntando para outras pessoas que dormiam no mesmo local, disseram que a avó cuidava muito bem da criança. A mãe é menor de idade, tem 17 anos, e tem problemas com drogas, por isso é que a avó cuida da mesma. A enfermeira falou que ia levar para o hospital para que a criança tomasse remédios, mas quando a avó foi buscar, descobriu que estava no Conselho Tutelar. No Conselho, falaram que a criança só poderia sair de lá quando a situação da família fosse resolvido, no sentido de quando o problema da falta de moradia fosse sanado, pois a criança não poderia ir para a família enquanto essa permanecesse no abrigo. O Conselho Tutelar também falou que talvez fosse devolver a criança na quarta-feira (01/02), mas não deu nenhuma segurança. Para piorar, não deixaram a avó visitar a criança e nem informaram onde ela estaria.

Relato 24 (video-2012-26-11-44-40.mp4): Não estão entregando nenhum papel que comprove ou determine como vai ser a feita a devolução dos bens. "Eles derrubaram tudo. Foi perda total. Eu não retirei nada de lá de dentro. (...) Nós não 'entra'. Chegando lá dentro, o policial falou"

Relato 25 – Cisleide Gomes de Moraes (registro escrito coletado no abrigo Morumbi): Mora com 7 filhos, uma irmã e sua mãe de 70 anos, sendo um filho e a irmã portadores de necessidades especiais. Um policial entrou em sua casa apontando um fuzil e obrigando todos a abandonarem o local. Disse também que ao sair para deixar o filho, portador de necessidades especiais, para ficar com alguém fora da comunidade Pinheirinho, teve dificuldade para conseguir entrar novamente no local para retirar seus pertences. Ao insistir na tentativa de retornar ao local um policial deu-lhe voz de prisão. Relatou ainda que só não foi presa naquele momento porque um grupo de moradores se juntou e impediu que o policial a levasse. Para não levar os filhos para a situação precária dos abrigos teve que se separar deles e pagar um lugar diferente para cada um deles ficar. Relatou que há dois locais dentro da comunidade Pinheirinho, denominados de Mangueira e Cracolândia, onde há muitos corpos de pessoas que foram mortas durante a operação de reintegração de posse. Em relação à alimentação no abrigo, Cisleide denunciou que está sendo servida comida estragada e que no abrigo Caic as pessoas estão apanhando porque querem sair para fumar e são impedidas pela guarda municipal responsável pela vigilância do local. Cisleide contou ainda que um vizinho, de apelido Buru, levou um tiro nas costas e ficou tetraplégico.

Relato 26 – Eliete (MOV02556, MOV02557, MOV02559): Mãe de Helen, uma criança de 5 anos. Relata que quando foi 5 horas da manhã, escutaram o barulho do helicóptero da polícia, sobrevoando o Pinheirinho muito baixo, e muito tempo depois, por volta das 8 horas, os policiais entraram com muita briga, com muita violência. Mataram uma criança de 4 anos, no colo do pai, tendo o pai também falecido. Eliete conta que no momento em que a polícia entrou, sua filha estava no colo, com muito medo, dizendo: "Mãinha, num deixa a política atirar em nós". Eliete tentava tranquilizar a filha, mas também estava muito nervosa. O vizinho de Eliete preparava-se

para ir para a praia, com quatro crianças dentro do carro, quando um policial se aproximou e jogou uma bomba dentro do carro, dizendo: “vaza, vaza, vaza”. Em seguida o policial entrou dentro da casa desse vizinho e jogou mais duas bombas de gás. O clima estava muito tenso, as pessoas desesperadas, muito choro. Na correria para fugir das bombas, outra criança de 6 anos, acompanhada da mãe, desmaiou e teve um infarto. Os moradores tentaram socorrer a criança, que não resistiu e veio a falecer. Relata ainda que não teve como identificar essas pessoas porque o corre-corre era grande e cada um tentava se salvar como fosse possível, de modo que não sabia o nome das crianças que faleceram. Eliete disse ainda que uma amiga contou que quando os policiais viram a criança caída com o pai, pegaram a criança e saíram arrastando-a como se fosse um animal. Segundo Eliete, ao verem essas cenas os moradores de um bairro vizinho, chamado Campo dos Alemães, se revoltaram e partiram para o enfrentamento com a polícia. Eliete qualificou a ação da polícia de covarde, porque muitos moradores ainda estavam dormindo e não tiveram permissão sequer para retirar seus documentos e os móveis das casas, outros conseguiram tirar pela metade. As casas foram arrombadas e pertences roubados. Os moradores ficaram sem ter a quem recorrer no momento: “alguns moradores pensaram em fazer um boletim de ocorrência, mas recorrer a quem? A pergunta ficou no ar”. Segundo Eliete, um rapaz “foi junto com a Justiça” tirar os móveis e quando chegou na casa dele não achou nem os móveis, nem a casa. A máquina havia passado por cima de tudo, a casa havia sido demolida e o rapaz desmaiou. Muitas crianças ficaram com problemas psicológicos, muitas mães saíram dali desesperadas procurando psicólogo e médico para os filhos. Eliete conta também que a filha pergunta a ela por que a polícia fez aquilo e pede constantemente para voltar para a casa, e ela tem que explicar que não têm mais casa. A prefeitura disse que serão providenciadas moradias para 250 famílias, mas o número de desalojados é muito maior, de modo que os moradores ainda têm que conviver atualmente com a incerteza de saber se serão atendidas ou não.

Relato 27 - Carla (MOV02562): As agressões aos moradores do Pinheirinho continuaram mesmo após à reintegração de posse, nos alojamentos para onde foram levados. Carla conta que estava alojada no ginásio poliesportivo quando a polícia e a guarda municipal começaram a jogar gás de pimenta. Muitas crianças pequenas e recém-nascidas foram levadas por ambulâncias, enquanto as mulheres apanhavam da polícia. Segundo Carla, muitas mulheres grávidas apanharam de cacete da polícia. “Mas só que isso é a nossa palavra contra a deles. A palavra dos favelados, dos drogados, contra deles, né. Porque eles têm poder e tudo”.

Relato 28 - Luiz Alberto Ferreira Nunes (MOV02570): Morava na favela do Pinheirinho desde 2006. Relata que a polícia chegou no domingo para “despejar todo mundo”, mandou todo mundo se retirar com a roupa do corpo. Tudo o que conseguiu retirar foram poucas peças de roupa sua e de sua esposa. Foi realizado um cadastramento pela prefeitura com o objetivo dos moradores voltarem ao local posteriormente para retirar seus pertences, entretanto, a promessa da prefeitura não foi cumprida e as casas foram demolidas com tudo o que havia dentro. Luiz conta que teve que faltar ao serviço, foi levado para um abrigo. No abrigo não havia alimentação, as pessoas são proibidas de entrar após as 23 horas. Sua esposa está grávida e sem alimentação. Conta que saiu para procurar alguma alimentação para a esposa, quando voltou, uma hora da noite, foi proibido de entrar no abrigo. Só conseguiu entrar no abrigo depois de conversar com a polícia, que conversou com as assistentes sociais, para explicar sua situação. Relatou que a prefeitura está dizendo que apenas quem estava há dois anos no Pinheirinho e consta no cadastramento da prefeitura irá receber o auxílio moradia. A possibilidade de não ser contemplado com o auxílio-moradia tem gerado para Luiz uma incerteza de como e onde vai viver. Relata que os moradores foram impedidos de voltar ao Pinheirinho para retirar os pertences. Sua casa foi demolida, perdeu geladeira, televisão, rádio. Conseguiu tirar apenas duas peças de roupa. Em tom de desespero Luiz denuncia a falta de perspectivas em que foi jogado dizendo que não

tem nem como prometer à esposa que dará uma vida melhor à esposa e ao filho, porque não não tem mais nada. “Não tenho nem condições de falar que vou dar uma vida melhor pra ela. Como é que eu fazer? Sem casa, sem nada. Como eu vou falar que vou dar uma vida melhor pra ela e pra minha filha. Vou viver do quê?”.

Relato 29 - Senhora de idade não identificada (MOV02572): Conta que a polícia não respeitou nem a Igreja, que também foi destruída. Tem pressão alta, problema de vista, cuida de uma neta e no abrigo não tem condições mínimas de sobrevivência.

Relato 30 - Morador não identificado (Pinheirinho 025, Pinheirinho 026): Trabalha pegando reciclagem na rua. Está alojado em um abrigo, e tem uma pulseira azul no braço identificando duplamente que é do Pinheirinho e que está alojado em um abrigo. Reclama da arbitrariedade da ação da prefeitura. Disse que passou 8 anos construindo seu sonho para a prefeitura destruir tudo em meia hora, e nem a mudança pôde retirar. Segundo seu relato, no dia da reintegração expulsaram todo mundo e disseram que só poderiam voltar para retirar os pertences com autorização da justiça, mas quando retornaram ao local as casas já haviam sido demolidas e os móveis destruídos. “Pra tirar nossa casa foi em 10 minutos. Em 10 minutos tinha que tirar. Agora, minha mudança fica lá pra quebrar tudo?! Quer dizer, cada coisa que tinha lá é suor nosso, é trabalhado. Nós não conseguimos nada de graça. Nada foi de graça, foi tudo pago. E ainda lhe digo mais: a minha casa eu ainda estou pagando. Estou pagando ainda, em abril é a última prestação minha. Engraçado, na hora de pedir voto vem, é mil maravilhas, Pô nós vamos ajudar vocês... Como que é que a gente vai se filiar à eleição, se filiar em partido, se só desgraçam com a vida da gente. O pobre só fica lá embaixo. Agora, o Naji Nayas tá com tudo. Ele tem o que comer, tem onde dormir”. Disse ainda que a polícia retirou os moradores de suas casas e revistou todos. “A Polícia Militar nos retirou da casa gente, deu uma geral na gente como bandido. Entrou na minha casa, apontou um revólver dentro da minha janela”.

Relato 31 - Jovem moradora não identificada dando depoimento ao procurador federal (Pinheirinho 028): “Eles não queriam saber, passavam por cima. Não queriam saber se tinham moradores bons, ruins, se ia enfrentar ou se não ia”. A jovem reclama que os policiais só quiseram cumprir as ordens, não se preocupando com a situação dos moradores. Em reunião com os procuradores federais ela disse que a prefeita e a juíza não tem moral nenhuma porque não se preocuparam se as pessoas que ali estavam tinham ou não para onde ir. Disse que há pessoas que ainda tem familiares por perto, mas outras são de outros estados e não têm para onde ir.

Relato 32 - Moradora com criança de colo, não identificada, em depoimento ao procurador federal (Pinheirinho 029): “Eu falei com minha mãe que não era nada de mais. Só que mesmo assim eu levantei. Quando eu abri a porta veio aquele cheiro de gás de pimenta. Daí eu peguei minha filhinha de um ano e meio e essa [aponta para a filha no colo]. Falei para minha: 'Mãe não dá tempo de pegar nada, vamos embora.' Daí quando a gente saiu, no portão de casa, jogaram uma bomba bem na frente da gente. Daí ela desmaiou [aponta para a criança que está no colo, que deve ter menos de um ano de idade]. Eu pensei que ela tinha morrido, porque ela tem problema de coração. Todos os remédios dela estão em casa”. A outra filha reclamava que estava com o olho “dodói”. Enquanto a mãe dessa moradora ajudava a filha a pegar alguns pertences um policial se aproximou e ameaçou-a dizendo que se não andasse rápido ele usaria da força bruta.

Relato 33 - Sônia e Neide (esta última, moradora com câncer) (Pinheirinho 039): Uma senhora, chamada Neide, com câncer, diz que não consegue dar seu depoimento porque está cansada, não tem força e não consegue falar. Outra moradora do Pinheirinho, de nome Sônia, passa a relatar como foi a retirada dessa moradora com estado de saúde debilitado. Diz a moradora, senhora de idade, tem câncer e morava no Pinheirinho há aproximadamente 4 anos. Disse que a tropa policial

chegou mandando todos pegarem apenas alguns pertencer e saírem, porque iriam lacrar as casas. Levaram uma ambulância, perguntaram se a senhora conseguia andar, mas ela não anda, então disseram que iam pegar uma cadeira de rodas. Com a demolição das casas não têm para onde ir. Estão aguardando a definição da situação pela prefeitura, para saber para onde vão. Ao final do relato de Sônia, dona Neide dá um relato breve. Diz que espera ser levada para o lugar onde moravam. Diz que antes “eram casinhas de pau ficava reclamando, mandaram fazer de alvenaria, fizemos. Gastamos o que não podíamos, e agora põe pra fora assim, de uma hora pra outra.”

Relato 34 - Elizabete (Pinheirinho 061): Um bando de homens, vestidos de preto, dizendo que era a tropa de choque chegou com cavalos, escudos. Antes deles entrarem começaram a jogar bomba de gás. Elizabete saiu com o filho, mas de repente se viram cercados por policiais na rua. Entraram dentro de uma casa para se protegerem. Conseguiram pegar apenas algumas peças de roupa, principalmente da criança, foram para o abrigo.

Relato 35 - Paula e a mãe (Pinheirinho 067): Paula e a mãe moravam no Pinheirinho há 4 anos. Paula conta que a mãe teve um derrame cerebral e seu estado de saúde é frágil. Foram abordados aproximadamente às 6 da manhã, pelo Choque (Batalhão de Polícia). Era Paula quem tomava conta da mãe e durante a operação policial as duas foram separadas. A mãe ficou com uma vizinha de um lado e Paula do outro. Passaram a primeira após a reintegração na rua, correndo das bombas da polícia. Está precisando de cadeira de roda para a mãe e de tudo, porque não tem mais nada, tudo o que tinham foi destruído no Pinheirinho. Passou a noite inteira desabrigada, sem nenhuma assistência da prefeitura municipal.

Relato 36 - Duas moradoras não identificadas (Pinheirinho 071): Moradoras relatam que o Conselho Tutelar deseja retirar as crianças dos abrigos, separando-as dos pais. Uma mãe muito indignada afirma que não permitirão que isso aconteça: “Não tira, porque nós arranca braço, arranca perna, nós arranca tudo, mas eles num levam não. Nossos filhos eles não vão levar. Nem pára o carro aqui. Se parar o carro aqui nós vamos tacar fogo.”

Relato 37 - Édson (morador do Campo dos Alemães) e um morador do Pinheirinho não identificado (áudio): Édson conta que no dia da reintegração de posse os moradores dos bairros adjacentes (Campos dos Alemães, União, Dom Pedro, Colonial) desceram para fazer um confronto com os policiais para impedir que eles entrassem no Pinheirinho, mas não adiantou. A polícia cercou tudo, entrou e quebrou tudo. Tem pessoas desaparecidas, ouve-se falar em mortos, mas não se tem certeza. O morador do Pinheirinho que participa da conversa relata que no IML tem 18 corpos, entretanto, ninguém consegue entrar lá. Há ordens expressas para que não seja permitida a presença de nenhuma pessoa no IML. Nem os advogados estão conseguindo acessar o IML. O morador do Pinheirinho conta que não houve sequer possibilidade reação diante da ação policial. Os policiais chegaram com bala de borracha, bomba de gás lacrimogêneo: “Você não podia parar na rota deles. Eles falavam sai... até o advogado mesmo levou três tiros de borracha”. Com medo de continuar o depoimento o morador do Pinheirinho se afasta e a conversa prossegue com Édson, o morador do bairro vizinho que tinha amigos no local e comparecia para prestar ajuda. Édson relata que o mais interessante foi que a polícia disse que a ação foi pacífica. “Mas não foi pacífica, não teve nada de pacífico”. Disse que ficou sabendo que “tem famílias de pessoas desaparecidas que estão sendo ameaçadas. Se falar vão morrer. Só que nem consegue achar os corpos. Ninguém sabe onde estão os corpos”. O morador relata ainda que fez um estudo da gleba de terra do Pinheiro e descobriu que até o diretor do Fórum tem um pedaço de terra ali. Édson também conta que no domingo, dia da reintegração, entrou no centro poliesportivo do Campo dos Alemães e se inscreveu para trabalhar como voluntário ajudar no atendimento dos moradores que estavam sendo alojados neste local: “Só que chegando lá, do nada, assim, do nada, a guarda municipal começou a atirar. Eles começaram a atirar ao léu. Inclusive tem uma pessoa que ainda

está internada lá no Pronto Socorro da Vila Industrial. Se ela sobreviver vai ficar parálitica. Justamente nesse momento, tinha uma criança que tava brincando no playground, no parquinho, que era onde eles estavam passando. Aí eles soltaram umas vinte bombas dessas de gás... gás mustarda. Aí a criança caiu, começou a se debater, e não conseguia respirar. Eu peguei no colo, saí correndo, levei para o hospital. (...) A criança tinha de 3 a 4 anos. Aí corri para o Pronto Socorro do Campo dos Alemães, aí entreguei lá, aí eles levaram para o Pronto Socorro e a criança desapareceu. Sumiu. Ninguém sabe onde está a criança." Édson relata que não sabe quem é o pai e a mãe da criança. Posteriormente, Édson retornou ao hospital para obter informações da criança e o funcionário informou que a única coisa que podia dizer era que a criança faleceu. Ao perguntar quem era o pai e a mãe da criança, o funcionário respondeu que não podia dizer mais nada. "Mas onde está o corpo? Fui no IML lá, né, mas o corpo não está lá. Lá eu consegui entrar, mas não está lá. Não estava lá. Essa história está muito estranha." Édson prossegue o relato da história dizendo que entregou a criança no setor de resgate da UPA, dali eles se deslocaram para o hospital. A criança foi entregue ainda com vida na UPA. Depois de uns dez ou quinze minutos, Édson se dirigiu ao hospital para saber como se encontrava o estado de saúde da criança, lá informaram apenas que a criança havia dado entrada no hospital e havia falecido. Nada mais. Segundo Édson, "não foi feito BO de saúde, que eles são obrigados a fazer, e no relatório da ambulância também não consta nenhuma saída. (...) No Pronto Socorro não consta nenhuma entrada. (...) Eu fiquei sabendo por intermédio de um coveiro, aqui do cemitério do Morumbi, que foram enterradas duas crianças como indigentes, uma com uma bala e uma supostamente falecida por asma, que pode ser ela, mas pra ter certeza só com exumação." Segundo Édson, seria interessante para a investigação que fosse visitado o K: "Ali foi a área que teve mais confronto". Perguntando se haveria corpos nesse local, Édson responde que sim: "Enterrados deve ter, difícil é achar. O que aconteceu, mas isso daí só o advogado pode dizer, me parece que chegou até ele que encontraram alguns corpos ali, inclusive essa pessoa ficou de marcar um horário com ele pra poder estar mostrando o local exato onde estariam supostamente, porque até agora não se pode falar porque não tem provas ainda. Mas os meninos que trabalhavam aqui da Urbam, ajudando o pessoal na mudança, eles disseram que pra lá estava um cheiro muito forte no dia. E a polícia não deixava nem eles irem pra lá. Alguma coisa tinha."

Relato 38 - Cláudia Cristina Gonçalves dos Santos (M2U00142.MPG): Mostra sua inscrição no programa de habitação. Está esperando há onze anos pela sua casa. "Não quero passar na frente de ninguém." Outra pessoa mostra sua inscrição feita há sete anos.

Relato 39 - Homem não identificado. Professor (M2U00161.MPG): "Inicialmente, o governo está divulgando que não houve abuso da polícia. Houve sim abuso. Invadiram residências muitas vezes. (...) Havia também um momento em que eles revistavam pessoas, entravam dentro de casas e ameaçavam famílias dizendo que estavam verificando ficha de pessoas para verificar por aparência ou não se eram pessoas que tinham passagem pela polícia. Houve na realidade toda uma operação de terror. (...) A polícia muitas vezes tirava sua identificação para as pessoas não saberem seus nomes."

Relato 40 - Renato (M2U00168.MPG): Não deixaram tirar muitas coisas de sua casa e mesmo depois do dia da desocupação não estava autorizado a retirá-las. "Eles alegam que uma mercadoria que você tirou de dentro da sua casa, já tirou sua mudança e o restos das coisas vai para onde? Vai para o prefeito?". Na casa, ficou seu guarda-roupa, cama nova e as mercadorias que vende como fonte de renda.

Relato 41 - Maria Cleide de Oliveira Santos e José Miltos dos Santos (M2U00169.MPG): Todas suas coisas ficaram na casa e ela não consegue pegar. Ela voltou para pegar o remédio do seu filho e o policial falou que ela tinha que falar com o coronel. "Eu falei: Coronel, pelo amor de deus, o

senhor deixe eu pegar o remédio do meu filho. Se não quer deixar eu entrar, então manda um policial - eu deixei a minha bolsa em cima do sofá da minha sala (...) - para pegar o remédio do meu filho. 'Não pode que não sei o quê. Você tem que dar a volta por outro canto. Só pode entrar com oficial de justiça.' - Maria "Meu filho é especial. Ele toma remédio controlado. Ele fica agitado. Não consegue dormir, nem deixa ninguém dormir. (...) A gente não está conseguindo pegar as coisas. (...) Não consegui tirar nem uma roupa para 'mim' trocar. Eles não deixaram." - José

Relato 42 - Arnaldo Ribeiro Viana (M2U00170.MPG): O policial falou que lhe contaria para retirar os bens que haviam sido deixados na casa, mas isso não aconteceu. Ele saiu para ir no médico e, quando voltou, sua casa já havia sido posta abaixo com todos seus móveis dentro. A polícia não deixou entrar para ver, portanto pode ser que as coisas tenham sido levadas para algum lugar, mas ninguém o informou sobre isso.

Relato 43 - Sônia (M2U00172.MPG): "O que aconteceu é que destruíram minha casa. Meteram o pé. Quebraram meu armário. Quebraram tudo." Conseguiu tirar poucas coisas. "Eu tinha uma mercearizinha. Da mercearia não consegui achar nada. (...) Eles debochando da minha cara. Os policiais. Falando que (...) Pinheirinho era deles agora. Fizeram a festa na minha casa. (...) Quando eu entrei que vi tudo destruído, comecei a chorar e eles debochando de mim."

Relato 44 - Raimunda de Souza Ávila (M2U00176.MPG, M2U00177.MPG): Apenas com a roupa do corpo. Todos seus bens ficaram na casa e ainda está pagando pelo material de construção da casa.

Relato 45 - José Roberto (M2U00178.MPG): "Chegou informação agora que nossa rua foi derrubada - tudo - e nossas 'coisa' tá tudo lá dentro. Documento. Tem tudo lá dentro. Eles colocaram uma etiqueta no meu peito e que, quando fosse para retirar nossas coisas, eles 'ia' ligar para a gente (...) para retirar as coisas."

Relato 46 - Ana Vieira (M2U00178.MPG): Tudo ficou na sua casa, incluindo documentos. Conseguiu tirar o remédio de sua filha. Não liberam nenhum outro lugar.

Relato 47 - Amanda Silva (M2U00183.MPG): Na hora que a polícia soltou a bomba, não respeitaram a ela ou sua filha. Sua filha caiu no chão com a bochecha em uma pedra e ficou toda machucada. "Tirou a gente injustiçada que nem cachorro. (...) Onde que eu vou ficar com a minha filha? (...) O que eu gastei, será que eles não tem direito de me dar alguma coisa?"

Relato 48 - Maria José de Andrade Moura (M2U00183.MPG, M2U00184.MPG): A polícia arrastou a gente de nossas casas com arma na minha cabeça. Eu fui espancada lá dentro. O Batalhão de Choque me empurrou que eu 'fui' a voar longe. (...) A polícia não estava protegendo. A polícia queria era me matar. (...) Arma de fogo na mão de verdade."

Relato 49 - Moradora evangélica (áudio): "A primeira coisa que demoliram foi a Igreja. Já chegaram procurando os pontos onde tinha Igreja, onde tinha Igreja já chegou derrubando no chão. É isso que a gente fica mais revoltado, porque eles tinham que respeitar ao menos as coisas que são de Deus, né, respeitar as pessoas evangélicas, católicas, que estão buscando primeiro Deus, né. Nem pra isso teve respeito. Já chegaram com as máquinas, já foram direto nos pontos das Igrejas. Derrubou duas ali evangélicas, católica aqui... todas foram derrubadas. Só irmãozinho, que eu acho assim, se eles tivessem pelo menos respeito com as pessoas evangélicas, com aqueles católicos... tem muita gente que foi batizada aqui ó, foram 350 crianças que foram no batismo, morando aqui desde o começo e eles não respeitaram. A primeira coisa foram as Igrejas. Nós estamos chocados deles quebrarem nossas casas. Mas por quebrar a Igreja a gente que é

evangélico, que é católico ficou mais chateado por causa disso. E eu tô aqui catando reciclagem, pra mim levar Toddy dentro do abrigo pros meus filhos, que nem Toddy lá dentro tem. E quando chega, eu falo; e eles falam “ó, não tem, pronto e acabou, isso foi a doação. [Minha casa] foi derrubada. Eles falam que por eu morar no bloco M, que eles falam assim, que é por nome de cracolândia, que tá repreendido, eles pegaram, foram as primeiras casas que eles demoliram, disse pra nem pra tirar móveis. Derrubou com tudo, irmão, quando eu entrei lá eles deixaram quando muito pegar as roupas e o guarda, o policial falou comigo “três segundos senão até a senhora morre”. Morreram duas crianças, né, uma mulher grávida levou um tiro na boca de borracha. Jogou spray de pimenta, na hora que chegaram, eles jogaram spray de pimenta que pegou o povo... nossa... seis horas da manhã, jogaram spray de pimenta. Um bebezinho de quatro meses não resistiu e morreu. Morreu um de três anos que não resistiu também, né... Foi muito forte... as crianças vieram pras Igrejas, pras Igrejas e pro barracão... [As crianças] foram veladas. Já foi enterrado já, gente. Aí, moço, se você quiser, eu vou procurar saber onde é que estão as famílias, que tem muito alojamento que eles colocaram nós igual a cachorro, com as correntes tudo no braço, essas coisas todas marcando, se vocês quiserem eu vou procurar saber direitinho deles, do resto do povo... [Nos abrigos] não pode entrar. Só quem tem a pulseira. Imprensa não entra. Dependendo da imprensa, não entra... Só imprensa da prefeitura que entra, outra imprensa não entra. O povo não acredita, mas é uma barbaridade. Só Jesus!”

Relato 50 – Antônia Maria e uma amiga (áudio): Antônia: “Eles entraram cinco horas da manhã, era helicóptero, era cavalo, era tropa de choque mesmo, completa. Apavorou todos os moradores, inclusive tem o meu filho de 3 anos e a minha neta de 1 ano, ficaram desesperados, chorando. Me pediram dinheiro pra ir pra casa da madrinha da minha neta... 'mãe, vão matar a minha filha mãe, vão matar a minha filha, mãe me dê dinheiro'... naquele desespero... sem contar que a pressão dela subiu, que ela sofre de... tu sabe né... e aí eu 'minha filha, calma, minha filha, calma'... e ela 'não, vão matar' e aquele apavoramento... aí, certas horas marcaram pra entrar nas casas de todo mundo. Minha neta tava dormindo, de um ano, eu disse 'moço, minha neta acabou de dormir'... e eles 'não, pode acordar, pode acordar', lá pelas cinco da manhã, tudo já tumultuado, eu disse 'moço, por favor' e eles 'não, não vai passar tempo nenhum, pode acordar'. Botou a gente pra fora da nossa casa no sol quente, dando direito pra você tirar em cinco minutos o que você quiser... naquele minuto. E fechava a porta e não podia mais entrar. E nós ficamos no sol. Nós não pudemos ficar na nossa casa, tivemos que ir, ficamos num galpão velho, com as crianças, que era pra gente ficar lá... aí as pessoas da rua ficaram muito revoltadas por nós, começaram a quebrar a grade, os policiais jogaram muita bomba, uma criança foi atingida por bomba e morreu... entendeu? Tem uma amiga minha que mora no Dom Pedro, tava sentada na porta da casa dela... Eles jogaram bomba. Eles tavam assim, o carro passou jogando bomba. Depois de tudo, nós fomos acampar lá na Igreja católica, eles passaram lá jogaram bomba dentro da Igreja... Jogaram bomba dentro da Igreja, os guardas... porque a Igreja lá [incompreensível] as pessoas do Pinheirinho não podiam nem encostar na grade, eles passavam provocando nós mesmo. E jogaram bomba... todo mundo... e sem contar que eles atiraram num rapaz também ao lado da Igreja... um tiro... agora eu não sei se esse rapaz morreu. Morreu nos pés do [nome de alguém] e quando eu saí com as crianças, minhas crianças tavam dormindo, quando eu fui na rua ver o que tava acontecendo, eles jogaram cinco bombas. Jogaram direto assim, pro meu quintal. Na hora de eu pegar leite, pegar fralda, pegar mamadeira, eu fiquei desesperada no meio dos policiais, porque não era nem gente, era tropa de choque, mandando todo mundo sair pra rua e quem saísse pra rua, não entrava mais. Meu marido ficou com a minha filha no meio da rua correndo, fechou a porta, só sei que minha porta foi arrombada e eles tavam pegando as coisas do povo. Eu fiquei desesperada no meio da rua, chorando. A gente trabalha igual um condenado, né... pra conseguir as coisas... e nesse momento, quando acontece essa tragédia, todo mundo jogado no meio da rua... a maior humilhação, porque ninguém pegaram as coisas de ninguém de

lá de dentro quase... tá tudo remoído lá, porque a máquina passou por cima de tudo. Quase ninguém pegou nada.” Moradora 2: “É... a mudança, tinha que tirar até seis horas da tarde, depois das seis horas, ninguém tirava mais nada... e tudo escuro, sem água... o pessoal que tava tirando a mudança tava passando mal, porque tava calor, tava com sede, não tinha uma gota d’água, a água que tinha o povo ia adoecer, que era água parada. Foi na hora que tava um monte de gente lá dentro lá, um monte, na hora do policial também, cortaram a luz e cortaram a água. Fizeram só pra provocar e todo mundo no escuro, perderam leite, perderam um monte de coisa lá dentro que tinham... Quando tiraram tava tudo podre já... joguei tudo fora, arroz, feijão, leite... tava tudo estragado... Todo mundo saiu. No domingo saiu todo mundo, ninguém ficou... no outro dia começaram a tirar os móveis... cada casa que foram tirar os móveis, tava tudo remoído...” Antônia: “Eu vou dizer uma coisa a você: eles, o pessoal tava obrigando a gente a acompanhar eles... a assistente social mesmo, no dia que ela me cadastrou, ela falou assim: 'você vai pra um abrigo, a senhora tem que ir', eu disse 'eu não vou'. E eu não fui. E lá onde a gente tava, passamos duas noites, tudo molhado, parecia chiqueiro de porco, fedendo. Eu sou uma trabalhadora... sou eu, dois filhos e uma neta... ela sabe... eu saio cinco e meia da manhã, trabalho numa escola e chego sete horas da noite... [Essa escola] fica lá na Avenida Anchieta, na Esplanada. Sou terceirizada. É particular essa escola que eu trabalho. E sempre paguei imposto, tá entendendo? E a gente nunca roubou. Em todo lugar, os piores ladrões, os piores bandidos estão nos bairros maiores... inventaram que acharam droga... inventaram tanta coisa... e essas mortes lá do Pinheirinho nunca saem no jornal...” Moradora 2: “Vou falar pra você, eu vi na hora que jogaram a bomba, eu saí desesperada. Eu saí pra fora, a ambulância saiu gritando com a criança morta já, a mãe ficou desesperada gritando no meio da rua e a ambulância gritando, que saiu com a criança já morta já...” Antônia: “Eu acho assim, que tem que respeitar a gente, tem que respeitar... tem que tomar uma atitude, porque isso não pode continuar... nós fomos muito mal tratados, humilhados mesmo... cidadãos, trabalhadores, humilhados... cada tijolo que eu coloquei na casa que eu morava foi do meu suor, não foi roubado. Engraçado... eles falam que era particular, tinha dono... mas quando era cheio de cobra, nossa, um matagal livre, eles não ligavam... agora depois que tá tudo limpinho, fizemos o que fizemos, aí apareceu o dono. E eu digo, não tenho medo: o prefeito não vale nada. Pode botar mesmo no mundo inteiro. E essa juíza, que você coloque mesmo essa gravação, pra juíza e pro prefeito tem a volta e o retorno... e o doído vai ser o retorno dela. O que ela alega é que disse que odeia favela, que vai tirar todas as favelas que existem no mundo, porque o filho dela morreu na favela e existe um filho dela drogado na favela. Mas o quê que eu tenho a ver com isso?”

Relato 51 - Sr Osmar Onofre dos Santos (<http://www.youtube.com/watch?v=-j6RJoZBh40>): Deixaram sair de casa, mas quando quis voltar pra fazer uma vistoria em sua casa foi recebido com balas de borracha. Foi levado desmaiado para o posto de Saúde Dom Pedro. Mostrou os ferimentos causados pelo tiro. Diz indignado que é um trabalhador e que se sentiu tratado como bandido. Teve a casa derrubada com os móveis dentro. Ficou por dias só com a roupa que estava no momento da desocupação. Fica preocupado pelo cadastro feito pela prefeitura que não contempla todas as famílias. Tem medo de ficar fora desse cadastro. Diz também de pais de família que perderam o emprego por conta situação do despejo.

Relato 52 - Cassandra (<http://www.youtube.com/watch?v=zggZKSJ-bDY#!>): Que está com gravidez de risco, está nervosa com a situação do despejo e da péssima condição do abrigo, teve desmaios e tem medo de sofrer um aborto. Tem medo de perder as crianças, tomadas pelo conselho tutelar. Morava em 01 comodo no Pinheirinho mas diz que vivia bem.

Relato 53 - Senhora antiga moradora do pinheirinho (<http://www.youtube.com/watch?v=pX-SGhPhTuc>): Diz chorando que ficou desgostosa porque perdeu tudo que tinha, e por isso que quer

ir embora pra Recife . Pede ajuda pra passagem e pede por amor de Deus. Se sente tratada como animal com a condição do abrigo.

Relato 54 - Senhora antiga moradora do Pinheirinho (<http://www.youtube.com/watch?v=RoFci7hO-AU>): Tinha um comércio lá, diz que sumiu no despejo 2000 reais (que pagaria as contas do bar), um relógio do marido, um cordão de ouro, além de bebidas mais caras do seu bar. Estava juntando sucata pra vender e tentar pagar as contas do bar. Não conseguiu pegar o remédio que tinha ficado em casa. Teve os móveis destruídos, maquinas de lavar, guarda-roupas, etc. Diz que o que tinha era coisa de pobre mas que era dela. Está dormindo de favor nas casas de amigos. Dormiu uma noite no banco de madeira onde era o seu quintal. Está agora dependente da caridade de outros.

Relato 55 – Marcia (<http://www.youtube.com/watch?v=t5pVLnz5UKY>): Relata o sofrimento com as crianças nos abrigos com a istuação de insalubridade. Se sente humilhada pela situação. No despejo a PM fez com que saíssem correndo como se fossem bichos por conta das balas de borracha e bombas de gás.

Relato 56 Jovens - (MAH1042.MP4): A polícia chegava batendo. Uma criança morreu no campo. A qualidade da comida nos abrigos era péssima.

Relato 57 Mãe e filha - (MAH1044.MP4): A primeira disse que foi muito triste a ação da PM, terrível a pressão do “vai entrar, vai entrar, muito medo de ter morte, as crianças vendo isso foi terrível”. Pede para o prefeito de São José dos Campos dar uma ida lá pra ver a destruição. Pergunta como é que vão trabalhar muitos de nós que trabalhávamos com reciclagem. Diz ser enganação as propostas de reassentamento apresentadas até então."Por enquanto, o que a gente está ouvindo aí é só enganação. Eles estão só enganando."

Relato 58 Três adolescentes (<http://www.youtube.com/watch?v=yMDrJ3FSWKI>): disseram que foi muito feio o despejo, que “até choraram”, a PM chegou xingando e dizendo “O pinheirinho é nosso”, jogaram bombas de gás, que mataram uma criança de 04 anos, (não sabem nome e nem de quem é filho). Um deles reclama da qualidade da comida do abrigo, do fedor do local, que “os colocaram como cachorros”, falaram da destruição da Igreja e que um dia Deus vai cobrar.

Relato 59 Homem não identificado - (vídeo 2012-01-26 11-44- 40.mp4): Morador apresenta o papel que a PM marcou sua casa mas que de nada valeu, pois não teve como retirar os seus pertences. Denuncia que depois que a PM saiu do terreno, que esse virou alvo de saques. Que nos abrigos o povo está jogado e desorientado sem saber o que será. Responsabiliza o prefeito da cidade e o governador por deixar essa situação acontecer.

Relato 60 Moradora não identificada - (vídeo 2012-01-26 11-49.27.mp4): Moradora, diz que conseguiu tirar alguns pertences mas não todos porque não tinha para onde os levar. Que não sabe de nenhuma proposta de reassentamento. Que quer continuar lutando porque a moradia é um direito.

Relato 60 Pastor Evangélico - (não quis gravar seu depoimento): Disse que no momento da desocupação abrigou muitas crianças na sua Igreja, que foi alvo de bomba de gás por parte da Polícia. (não quis gravar em vídeo)